

REQUERIMENTO Número / (.^a)
 PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Há dois anos, em finais de julho de 2016, depois de uma visita às instalações da Direção de Finanças de Faro, o Grupo Parlamentar do PCP dirigiu ao Governo a pergunta n.º 2955/XIII/1.^a, “Novas instalações para a Direção de Finanças de Faro”.

Nessa pergunta, denunciámos o facto de as instalações da Direção de Finanças de Faro não oferecerem condições dignas de trabalho, nem de atendimento ao público.

Mais concretamente, dissemos:

«A Direção de Finanças de Faro está instalada num edifício muito antigo, que, apesar de obras pontuais de beneficiação, se encontra muito degradado. Devido à má conservação do telhado chove em algumas divisões, os tetos e as paredes estão danificados por infiltrações, as manchas de humidade abundam, o cheiro a mofo é intenso em algumas divisões. O estado de degradação dos tetos falsos já provocou a queda dessas estruturas em algumas divisões.

No passado mês de fevereiro, na sequência de uma operação de limpeza do sistema de ar condicionado, foram detetados na sala da secção de justiça tributária, entre o teto falso e o telhado, ninhos de ratos, animais mortos, uma perna de cegonha (!), excrementos de animais e fios elétricos roídos. O cheiro nauseabundo na sala levou a que os funcionários que ali trabalhavam usassem máscaras cirúrgicas e, num momento posterior, fossem distribuídos por outras salas.

A madeira de muitas portas e das janelas está deteriorada, não vedando adequadamente, e várias divisões não têm luz natural nem ventilação adequada. A instalação elétrica é antiga, há cabos e extensões no chão e nas paredes sem adequada proteção, há uns meses o quadro elétrico ardeu.

A instalação de ar condicionado não é adequada. Em algumas divisões, o posicionamento dos aparelhos é tal que origina intensas correntes de ar frio, levando a que os funcionários tenham

pendurado no teto e nas paredes estruturas em papelão, muito criativas, para desviar essas correntes de ar frio.

Acresce, a tudo isto, que o espaço na Direção de Finanças é exíguo, manifestamente insuficiente para os 162 funcionários que aí trabalham. Na esmagadora maioria das salas, o número de funcionários é excessivo, com as secretárias encostadas umas às outras e documentos empilhados por todo o lado. Numa das salas dos inspetores tributários chegam a trabalhar, em simultâneo, 35 pessoas.

Não há secretárias para todos os inspetores tributários. São ocupadas por quem chega primeiro; quando se esgotam, os inspetores vão trabalhar para um serviço de finanças ou então para casa. Visto que os computadores portáteis disponibilizados aos inspetores têm o ecrã muito pequeno, a fim de criarem melhores condições de trabalho, vários inspetores compraram, do seu próprio bolso, ecrãs fixos maiores.»

Na sua resposta, um mês depois, o Ministério das Finanças informou que «*concorda com a avaliação do Senhor Deputado e tem conhecimento da desadequação e dos problemas das instalações da Direção de Finanças de Faro*» e acrescentou: «*considera-se prioritária a mudança para outras instalações, encontrando-se a desenvolver as diligências necessárias para o efeito*».

Posteriormente, numa audição regimental do Ministro das Finanças, na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, o Grupo Parlamentar do PCP voltou a levantar esta questão, tendo o Ministro reiterado a informação dada anteriormente, i.e., a Direção de Finanças de Faro seria mudada, com caráter prioritário, para novas instalações.

Uns meses depois, em janeiro de 2017, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais visitou as instalações da Direção de Finanças de Faro, tendo manifestado a sua intenção de resolver o problema de forma célere, resolução essa que passaria pela construção de um novo edifício.

Como medida provisória para mitigar a situação, a Direção de Finanças de Faro passou a utilizar parte das instalações, contíguas, do antigo Governo Civil de Faro. Para essas instalações mudaram-se alguns trabalhadores (cerca de um sexto).

No dia 13 de julho de 2018, o Grupo Parlamentar do PCP reuniu com a Direção Distrital de Faro do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, a qual informou que a solução provisória se estaria a tornar definitiva. Efetivamente, a maioria dos trabalhadores continuava no edifício antigo da Direção de Finanças e, por conseguinte, sujeitos ainda a condições de trabalho deploráveis, não havendo qualquer notícia sobre a construção de novas instalações.

Passaram dois anos desde que o PCP denunciou as condições deploráveis da Direção de Finanças de Faro. Passaram dois anos desde que o Ministério das Finanças assumiu o compromisso de desenvolver as diligências necessárias para a mudança para novas instalações. Mas a Direção de Finanças de Faro continua nas instalações antigas e os trabalhadores continuam a trabalhar em condições deploráveis.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério das Finanças, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Como justifica o Governo que, volvidos dois anos desde a denúncia do PCP e o consequente

compromisso do Ministério das Finanças de dotar a Direção de Finanças de Faro de novas instalações, a construção dessas instalações ainda não se tenha iniciado e os trabalhadores continuem a trabalhar em condições deploráveis? Que circunstâncias concretas ditaram que o Ministério das Finanças não tivesse cumprido o compromisso assumido?

2. Quando terão início as obras de construção das novas instalações da Direção de Finanças de Faro? Quando estarão concluídas? Quando será feita a mudança para essas novas instalações?

Palácio de São Bento, 20 de julho de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)